

LISTA DE QUESTÕES

1. VUNESP - MPE SP/2019) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Concessão administrativa

- a) é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- b) é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- c) é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- d) tem como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- e) é aquela cujo período de prestação do serviço é inferior a cinco anos.

2. CONSULPLAN - TJ MG/2018) Sobre o instituto das parcerias público-privadas, assinale a afirmativa correta.

- a) A constituição de sociedade de propósitos específicos é de caráter obrigatório, ressalvada a hipótese em que a Administração Pública seja titular da maioria do capital votante destas sociedades.
- b) A previsão de contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado é a diferenciação entre a concessão administrativa e a concessão patrocinada, ambas previstas como formas de parcerias público privadas.
- c) A garantia do equilíbrio econômico-financeiro não é prevista expressamente na lei que rege o instituto; contudo é de ser admitida, na medida em que dentre as cláusulas que devem ser incluídas no contrato de parceria, estão aquelas relativas à repartição de riscos entre as partes e à forma de remuneração e de atualização dos valores contratuais.
- d) A parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão que tem por objetivo a execução de serviço público, precedida ou não de obra pública, remunerada mediante taxa paga pelo usuário e contraprestação pecuniária do parceiro público, ou a prestação de serviço de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, com ou sem execução de obra e fornecimento e instalação de bens, mediante contratação do parceiro público.

3. FCC - AFAP/2019) A Administração pública celebrou um contrato de concessão administrativa para prestação de serviços de gestão administrativa, realização de reformas e melhorias, ampliação das edificações e manutenção predial de unidades escolares, excluído do objeto o aspecto

pedagógico referente ao ensino público. A natureza jurídica desse contrato indica que

- a) o concessionário do serviço público deverá encontrar formas de se remunerar diretamente pela prestação dos serviços, na medida em que ao poder público só é permitido o pagamento de eventuais obras realizadas pelo parceiro privado.
- b) se trata de contrato regido pela Lei nº 8.666/1993, pois pertinente à prestação de serviços públicos, ainda que não exclusivos e essenciais.
- c) se trata de uma Parceria Público- Privada, tendo o poder concedente como usuário indireto da prestação dos serviços, devida contraprestação ao concessionário pelas obras e serviços prestados.
- d) há irregularidade no objeto da Parceria Público- Privada contratada, pois não poderia ter havido contratação de obras e de serviço conjuntamente, ensejando restrição à competição que constitui premissa das licitações públicas.
- e) caberia a celebração de um contrato de concessão comum, regido pela Lei nº 8.987/1995, contemplando o pagamento de tarifa pelo poder público pelos serviços e de contraprestação para remuneração das obras.

4. NC-UFPR - TJ PR/2019 "As Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram instituídas, em caráter nacional, com o advento da Lei nº 11.079/04, sob a alegação de que o Estado não possui condições de realizar investimentos, em especial na área de infraestrutura, necessários ao crescimento do país" (FORTINI, 2009). Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Os serviços notariais e de registro não são enquadráveis tecnicamente como parcerias público-privadas, apesar de serem exercidos em caráter privado, sob delegação do Poder Público.
- () As PPPs são formalizadas por meio de contratos administrativos que seguem regime licitatório próprio.
- () Existem duas espécies de PPPs: a concessão administrativa e a concessão patrocinada.
- () Nem sempre será objeto de uma PPP a prestação de um serviço público em sentido estrito diretamente ofertada ao usuário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – V – V.
- b) V – V – F – F.
- c) V – F – V – F.
- d) F – V – F – V.
- e) F – F – F – F.

5. INAZ do Pará - CORE SP/2019) O serviço público destina-se única e exclusivamente a atender e satisfazer as necessidades da coletividade de forma adequada, atual, módica e continua. Daí a sua caracterização como Datividade material destinada a satisfazer o interesse do bem- comum, através da prestação de um serviço eficiente, eficaz e efetivo. Quanto à forma de execução do serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) Nas concessões comuns, os serviços são prestados indiretamente aos usuários (membros da coletividade), que remuneram o concessionário por meio da tarifa cobrada.
- b) Parceria público- privada (PPP) é uma modalidade especial de contrato administrativo de concessão de serviço público, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens.
- c) Concessão de serviço público precedida de execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pela concedente, mediante licitação, na modalidade tomada de preços.
- d) Na concessão de serviços de transportes urbanos de passageiros, por se tratar de um serviço essencial não há necessidade de processo licitatório.
- e) A PPP se iguala à concessão comum por envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e repartição de riscos entre as partes.

6. IAUPE - Pref Petrolina/2019) “Parceria público-privada é o contrato pelo qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade uma certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projetada, financiada e construída.” Em relação às modalidades de parceria público-privada, é CORRETO afirmar que são do tipo

- a) Individual ou empresarial.
- b) Administrativa ou patrocinada.
- c) Federal ou individual.
- d) Patrocinada ou individual.
- e) Federal ou administrativa.

7. CEBRASPE (CESPE) - COGE CE/2019) De acordo com a Lei n.^o 11.079/2004, para todos os casos em que se pretenda adotar uma parceria público- privada (PPP), é necessário que

- a) o prazo de vigência do contrato a ser firmado não ultrapasse o limite de dez anos.
- b) o valor do contrato a ser firmado seja igual ou superior a dez milhões de reais.
- c) a contraprestação pecuniária exclua a tarifa cobrada dos usuários do serviço público a ser contratado.

- d) as penalidades contratualmente previstas sejam restritas ao parceiro privado.
- e) o objeto do contrato exclua a execução de obras pelo parceiro privado.

8. FCC - Pref Manaus/2019) Dentre as cláusulas e disposições obrigatórias de serem inseridas nos contratos de Parceira Público-Privada, está a

- a) necessidade de avaliação de desempenho da concessionária para cálculo de remuneração variável.
- b) repartição de riscos entre as partes, não sendo necessariamente a concessionária integralmente responsável por todos os investimentos e riscos decorrentes da relação.
- c) imposição de garantias prestadas pelo concessionário em favor da Administração pública, considerando que os riscos do contrato são integralmente alocados para aquele.
- d) de avaliação de desempenho da concessionária e do poder concedente, no que se refere às obrigações e riscos assumidos no contrato.
- e) possibilidade de alteração unilateral pelas partes, desde que diante de fatos supervenientes que alterem a matriz de riscos do contrato.

9. CEBRASPE (CESPE) - Pref Campo Grande/2019) À luz das disposições da Lei n.º 11.079/2004 acerca das normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preço, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico.

Certo
Errado

10. CEBRASPE (CESPE) - Pref Campo Grande/2019) À luz das disposições da Lei n.º 11.079/2004 acerca das normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

É dispensável a realização de licitação para celebração de contratos de parceria público-privada.

Certo
Errado

11. FGV - Pref Salvador/2019) Considere que o Estado da Bahia, com o intuito de reduzir a superlotação carcerária da região, decida construir uma nova penitenciária.

Para a tarefa, o Estado, que será responsável pela fiscalização do serviço, opta por contratar uma empresa privada para a construção e administração da penitenciária, por meio de licitação, remunerando-a de acordo com o número de detentos presentes no complexo. Sabe-se também que o valor previsto do acordo será de 30 milhões de reais e terá vigência de 25 anos. Em relação à situação apresentada, é correto afirmar que o acordo realizado entre o Estado da Bahia e a empresa vencedora da licitação representa um exemplo de

- a) Parceria Público Privada, na modalidade de concessão administrativa.
- b) Parceria Público Privada, na modalidade de concessão patrocinada.
- c) Concessão comum, na modalidade pregão.
- d) Autorização, de caráter precário e discricionário.
- e) Publicização, vinculando a Organização Social ao Poder Público.

12. INSTITUTO BRASIL - Pref Irani/2019) Na contratação de parceria público-privada prevista na Lei 11.079/04, serão observadas as seguintes diretrizes, EXCETO:

- a) repartição objetiva de riscos entre as partes.
- b) sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.
- c) responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias.
- d) delegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado.
- e) respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.

13. VUNESP - Pref Mogi Cruzes/2019) Em relação às parcerias público-privadas (PPP), é correto afirmar que

- a) a lei que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não se aplica à sociedades de economia mista.
- b) é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada (PPP) cujo valor de contrato seja inferior a R\$ 20 milhões.
- c) a transparência dos procedimentos e das decisões é uma diretriz obrigatória na contratação de parceria público-privada.
- d) constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, mesmo quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

e) é proibida a concessão de PPP em que haja previsão do pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

14. IAUPE - UPE/2019) Sobre o regime jurídico da Parceria Público-Privada, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A Parceria Público-Privada é contrato administrativo na modalidade de concessão.
- b) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.
- c) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de tomada de preços.
- d) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.
- e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada, cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos.

15. VUNESP - CM Serrana/2019) É correto afirmar que a contratação de parceria público -privada será precedida de licitação, na modalidade

- a) tomada de preço.
- b) convite.
- c) leilão.
- d) ata de registro.
- e) concorrência.

GABARITO

- | | | |
|------|-----------|------|
| 1. B | 6. B | 11.A |
| 2. C | 7. B | 12.D |
| 3. C | 8. B | 13.C |
| 4. A | 9. ERRADO | 14.C |
| 5. B | 10.ERRADO | 15.E |